



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

Excelentíssimas Sra. Presidência da República

Dilma Roussef

E demais Autoridades Públicas

Nós, Povos Indígenas Macuxi, Wapichana, Taurepang, Ingaricó, Wai-Wai, Patamona, Saporá, e Yanomami representando a população aproximada a 58 mil pessoas pertencentes às 35 terras indígenas existentes no Estado de Roraima, presentes na 44ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima realizada nos dias 11 a 14 de março de 2015 no Centro Indígena Lago do Caracaranã, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, sob o tema “**Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia**”, com um total de 1.215 participantes credenciados, entre tuxauas, coordenadores, professores, mulheres, jovens e lideranças indígenas pertencentes às regiões do Amajari, Baixo Cotingo, Murupu, Taiano, Raposa, Serras, Serra da Lua, Surumu, São Marcos, Ingarikó, Yekuana, Yanomami e Wai-Wai, e apoiados por nossas organizações indígenas, indigenistas, do movimento social, instituições públicas e privadas nossas organizações indígenas parceiras Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR, Hutukara Associação Yanomami – HAY, reafirmando os amparos dos dispositivos Constitucionais 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, reafirmados nos tratados dos direitos humanos, em especial na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU sobre os Povos Indígenas, e apresentar nossas reivindicações:

Tema de Nossa Assembleia

Nós povos indígenas em Roraima estamos unidos na reivindicação de nossos direitos, até o último índio. Ao mesmo tempo preocupados com o tratamento dado aos povos indígenas no Brasil. São as violações de direitos que avançam com a falta de reconhecimentos de direitos, ausências de políticas públicas específicas, falta de recursos para implementações de programa e ações, colocando em risco nossas vidas, cultura e autonomia. Nunca somos visíveis aos planos do governo como prioridade, por isso, nossa assembleia vem afirmar:

1. Nossos direitos são inegociáveis, indisponíveis, e não subordinado a acordos políticos.



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

2. Respeito à aplicabilidade dos Direitos e Políticas Públicas, começando no Direito de Consulta – As condicionantes estabelecidas na Ação 3388 do STF, no caso Raposa Serra do Sol, algumas abusivas e inconstitucionais, especialmente sobre a restrição do marco temporal como condição para vigência de direitos a terra. Da mesma forma, várias propostas de lei e emendas constitucionais mostram abusos legislativos, como exemplo a PEC 215 que tramita no Congresso Nacional e coloca em risco a vida dos povos indígenas ao reverter os direitos a demarcação das terras indígenas.
3. Pela rejeição e arquivamento da PEC 215/2000, PLP 227/2012, PL 1610/96 e todo ato, decisão que venha facilitar a invasão, esbulho e exploração ilegal das terras indígenas;
4. Que toda medida administrativa e legislativa observa as determinações legais da Convenção 169 da OIT para que os povos indígenas sejam respeitados, especialmente tenha assegurado o direito à consulta, e respeito ao consentimento livre, prévio e informado sobre todo e qualquer ações, programas e legislação que venha afetar a vida dos povos indígenas;

Situação Fundiária Indígena

A regularização das terras indígenas é prioridade e o ponto central dos direitos indígenas. O direito de posse à terra indígena deve ser reconhecido e garantido, especialmente aquelas demarcadas em ilhas. Assim como também, a adoção de medidas efetivas de proteção à posse indígena, com procedimentos adequados para ações de monitoramento, fiscalização e proteção das Terras Indígenas.

1. Que as autoridades federais competentes tenham ações sistematizadas para coibir as invasões, o garimpo ilegal, esbulho e as turbações nas terras indígenas;
2. Que se dê a continuidade à fiscalização com criação de postos no Jacarezinho, Conceição do Mau, Placa, Vizeu, Barro, Novo Paraíso, iniciado na operação Upatakon na TI Raposa Serra do Sol - RR;
3. Que haja apoio técnico- financeiro para implementar e apoiar os planos das comunidades indígenas em suas ações de monitoramento de suas terras com estruturação dos pontos Tabatinga, Willemon, Água Fria, Pedra Branca, Lage e Socó;
4. Que haja desintrusão dos não índios que estão na comunidade indígena do Barro, na T.I Raposa Serra do Sol (João do Boi, que já foi indenizado e ainda permanece. E outros posseiros como Kineto, Telso Mota, e Mauro);
5. Que haja providências imediatas contra garimpeiros e empresas envolvidas na invasão da TI Boqueirão. Que a Polícia Federal, IBAMA e FUNAI agem para proteção dos direitos coletivos indígenas;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

6. Que haja providencias para retirada dos garimpeiros, constatados nos rios Uraricoera, Amajari, Apiaú na TI Yanomami, na T.I Jacamim e Mutum, Água fria na T.I Raposa Serra do Sol;
7. Que haja reconhecimento oficial da TI Anzol e lago da Praia região Murupu e Arapuá, região Taiano;
8. Que haja medidas especiais para o reconhecimento oficial das comunidades indígenas São Francisco e Kaxirimã que ficaram de fora da demarcação da TI Raposa Serra do Sol, assegurando seus direitos a terra, possibilitando que não sofram invasão ou ameaças de remoção;
9. Que haja providências para a rejeição do Projeto Lei que visa a autorização da Construção da Hidrelétrica na Cachoeira do Tamanduá e na cachoeira do Bem Querer;
10. Que haja medidas especiais que possibilite ações conjuntas entre CIR, IBAMA, e FUNAI, e comunidades indígenas para vigilância, monitoramento e fiscalização nas terras indígena;
11. Acompanhamento da FUNAI, MPF e CIR, sobre o processo da comunidade Lago da Praia junto ao STF;
12. Acompanhamento no processo de ampliação Terra Indígena Serra da Moça;
13. A Terra indígena arará pede ampliação que vai do igarapé paraíso até o igarapé do silencio. Também pede a retirada dos invasores da terra indígena arará que estão morando na comunidade três corações.
14. Terra indígena ponta da serra pede ampliação. A terra a qual as lideranças desta comunidade pedem para fazer parte desta Terra Indígena é o território da fazenda Guanabara.
15. Terra indígena Aningal pede ampliação, retirada do rebanho bovino e indenização por motivo que estes animais foram criados dentro do território indígena que já era demarcado, homologado e registrado desde o ano de 1982. Estes animais pertencem ao senhor Ailton Wanderley.
16. A Terra indígena Anaro desde o ano de 2007 encontra-se com 02 posseiros dentro de seu território, estes ocupando uma única fazenda denominada tipografia. Os posseiros são os senhores Oscar Maggi dono da referida fazenda, e Aldo Dantas.

Gestão Territorial e Sustentabilidade

Os povos indígenas tem o papel fundamental para a proteção territorial e ambiental. Toda ação e programa devem ter a garantia de apoio e participação das comunidades indígenas e suas instituições representativas. Considerando nossos conhecimentos e experiências indígenas, bem como a necessidade de ter um Plano de Bem Viver para as futuras gerações indígenas, propomos:

1. Que haja a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA (Polo Base Santa Cruz, Centro Maturuca – TI Raposa Serra do Sol, TI Manoa-Pium, TI Boqueirão, TI Mangueira, TI Serra da Moça e TI Aningal,) e os Planos de Enfrentamento de Mudanças Climáticas (TI Jacamim, TI Manoá/Pium e TI Malacacheta) já construídos;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

2. Que haja apoio para a formação continuada dos Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas;
3. Que haja programa específico para os povos indígenas que apoie para produção na agricultura indígena, considerando sua organização social, usos, costume, e realidade;
4. Que a secretária de Agricultura repasse para a região equipamentos de irrigação de futuros projetos, que será administrada pelas lideranças para as comunidades, em prol da promoção da agricultura e pecuária nas comunidades indígenas;
5. Todos os projetos que vierem para as comunidades indígenas como os equipamentos Agrícolas destinados aos povos Indígenas através do Programa Território da Cidadania e MDA sejam repassados para a responsabilidade da região indígena;
6. Que os produtos indígenas tenham tratamento diferenciado para venda, através de criação de DAPs, específica e adaptada à situação indígena;
7. Que seja feito o PGTA nas 07 terras indígenas da região Amajari (Ouro, Anaro, Ponta da Serra, Araçá, Santa Inês, Garagem e Ananás);
8. Exigimos que todos os projetos que vierem para a região passe pelo reconhecimento das lideranças Indígenas da região;

Meio ambiente

1. Que as secretarias Estadual e Municipal responsáveis pelas obras informem qualquer reforma e construção de estradas para a organização indígena, as regiões e comunidades para que tenham conhecimento e poder tomar ciência do projeto;
2. Queremos que as empresas de eletrificação construam uma cerca de proteção ao longo das BRs federais para evitar a passagem de animais como bovinos e equinos das comunidades indígenas;
3. Que as empresas de manutenção e construção das BRs, construam sistema de segurança em todas as saídas de comunidades;
4. Que As empresas de eletrificação e manutenção de estradas e BRs devem garantir em seus orçamentos como medida de compensação, materiais para manutenção de cercas Limite da Terra indígena RSS (linha Seca);
5. Que haja um compensação dos empreendimentos de eletrificação e construções de BRs para todas as T.Is no Estado de Roraima;
6. Que seja reconhecido e respeitado pelos órgãos de competência os regimentos indígenas das comunidades Indígenas, e das Normas do Centro regional Indígena Lago Caracaranã; aprovado.
7. Exigimos que todos os projetos que vierem para a região passe pelo reconhecimento das lideranças Indígenas da região;
8. Que a FUNAI faça a homologação das pistas em áreas indígenas;
9. Que a ADERR no período de campanha, realize o trabalho com acompanhamento dos Técnicos Indígenas de vacinação de cada Região;
10. Denunciamos que as máquinas do Programa Território da Cidadania em parceria com MDA e prefeitura, estão servindo para construção de açudes para o vereador Tônico do município Normandia, dentro da região da Raposa;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

11. Viemos denunciar a caça e pesca clandestina decorrente em nossa terra Indígena por pessoas não indígenas ou financiando indígenas para pescar, com finalidade de venda. Este fato ocorre dentro dos rios Maú e Itacutú, na fronteira Internacional da terra Indígena Raposa Serra do Sol, pois esta área é de risco para nós indígenas;
12. As firmas de reforma das BRs 401 e 433 estão retirando água dos mananciais naturais na terra indígena, pois estas empresas cada vez têm prejudicadas o nosso meio ambiente, e não tem recompensado estes prejuízos;
13. As comunidades indígenas denunciam que estão pagando nas contas de energia um item chamado de Iluminação Pública, sem terem esse serviço;

Direitos Indígenas e Autonomia

Justiça e proteção aos direitos humanos como salvaguardas essenciais – A impunidade dos crimes cometidos contra os povos indígenas contribui para novas práticas de crimes e abusos. O exemplo disso é a impunidade pela destruição do Centro Indígena de Formação Cultura Raposa Serra do Sol, ocorrido em 2005, e das Comunidades Indígenas Jawari, Homologação e Brilho do Sol, ocorrido em 2004, e dos atentados contra a comunidade indígena em 2008, onde 10 indígenas foram baleados por empregados do arrozeiro Paulo Cesar Quartiero. Que as autoridades não deixem tais crimes caírem na prescrição e impunidade.

Através de nossa preocupação queremos sensibilizar às autoridades para reverter esse quadro negativo que assola os Povos Indígenas. Por se tratar de Justiça e de Direitos queremos medidas efetivas para frear qualquer violação dos direitos humanos dos Povos Indígenas no Brasil.

Saúde Indígena

Saúde e Educação, sem nenhuma discriminação – A crise sobre a saúde e educação ameaçam a organização social, usos e costumes indígenas. O governo deve planejar e garantir serviços de assistência à saúde adequado, com garantia de recursos necessários baseada na realidade das comunidades indígenas, inclusive na prioridade para a formação e contratação de pessoal de saúde da comunidade local, considerando as condições econômicas, geográficas, sociais e culturais indígenas:

1. Que a SESAI faça contrato direto nos quadros da união dos profissionais, Agentes Indígenas de Saúde - AIS, os Agentes Indígenas de Saneamento AISAN, Microscopistas, Parteiras, os Agentes Indígenas de Endemias – AIEn(**melhorar a redação – a contratação não deve ser pela empresa terceirizada**);
2. Que a SESAI construa as casas de apoio nos polos bases do Matiri, Bismark, Santa cruz e Raposa para as equipes de profissionais que atuam nas comunidades Indígenas; (**melhorar a redação – é para todo o Estado**);



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

3. Que a SESAI reconheça o polo Base imbaúba, e faça as obras necessárias neste polo, conforme os projetos de 2010 e 2014;
4. Que a SESAI cumpra os programas – **PLANO DISTRITAL** - feitos pelas regiões em 2010 e 2012;
5. Que a SESAI, garanta os medicamentos básicos nos postos de saúde das comunidades indígenas;
6. Criar um hospital para atender os indígenas conforme o seu costume;
7. Criar na CASAI e no hospital geral um espaço de trabalho para os médicos tradicionais – PAJES;

Educação Escolar Indígena

1. Que a secretaria de Educação - entregue a merenda escolar em tempo correto para as escolas, e seja suficiente para o período determinado;
2. Que a Universidade Federal de Roraima amplie os números de vagas para indígenas no Processo Seletivos indígenas – PSEI;
4. Que a Secretaria de Educação – faça a Construção e reformas de prédios escolares existentes nas comunidades Indígenas;
5. Que a Secretaria de Educação - promova a capacitação continuada dos Professores indígenas;
6. Que a Secretaria de Educação contrate o pessoal de apoio para as escolas indígenas conforme suas necessidades;
7. Que a Secretaria de Educação/RR contrate coordenadores pedagógicos para as escolas;
8. Exigimos que haja concurso diferenciado específico indígena para contratar professores Indígenas;
9. Exigimos que a Escola Estadual Indígena Tipiri Tiwi, da comunidade Cachoeirinha, volte a funcionar, pois os alunos estão prejudicados, com a falta de professores desde julho de 2014;
10. Exigimos que a secretaria de educação estruture todos os centros Regional de Educação existente em todas as T.Is;
11. Que cada poder executivo do estado e do município atenda a necessidade das escolas com o transporte conforme sua necessidade e legislação;
12. Que o início das aulas seja no mês de fevereiro de cada ano letivo, na região do Baixo cotingo;
13. Que os materiais didáticos e permanentes das escolas indígenas sejam novos e de boa qualidade;
14. Que os cargos públicos sejam ocupados pelos candidatos que tem a formação superior, mas que também com flexibilidades para comunidades que ainda não tem candidatos formados ou em formação;
15. Que o poder executivo, estadual e Municipal desse apoio em forma de bolsa para os estudantes indígenas que estudam;
16. Que a SEED reconheça por decreto os gestores de Centros regionais de Educação e Gestores de Escolas com menos de 100 alunos e que tenham Ensino Médio e contratação de secretario para as escolas;



CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

CARTA DA 44ª ASSEMBLEIA GERAL DOS POVOS INDIGENAS DE RORAIMA

Fortalecer a nossa União, Cultura, Direitos e Autonomia.

17. Que a DIEI, SEED e a Governo viabilizem com urgência a construção dos Centros Regionais com a estrutura física e humana adequada e transporte para realização das ações de Educação, acompanhamento e orientação pedagógica;
18. Que o Governo Estadual e Municipal agilizem verbas para o Curso de Formação de Língua Indígena e Magistério;
19. Que a SEED disponibilize Recursos financeiros para execução da cooperação Técnica com o CIFCRSS; aprovado.
29. Aprovamos o nome das Professoras Jane Alice e Natalina para presidir a Divisão de Educação Indígena – DIEI;

Nossa Solidariedade aos demais povos indígenas no Brasil

Solidarizamos a luta dos Povos Guarani Kaiowá, Kanela Apanceka e Terena, que estão sofrendo com a anulação pelo Supremo Tribunal Federal (2ª. Turma) dos Processos de demarcação das terras TI Roka, TI Porquinhos e TI Limão Verde. Os direitos originários são cláusulas pétreas garantidos na Constituição e não devem ser ignorados para beneficiar interesses particulares e econômicos. O Brasil tem uma dívida histórica com os povos indígenas e assegurar o direito a terra é respeitar os direitos humanos.

Centro Regional Lago Caracaranã - Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 15 de março de 2015.

Abaixo assinamos.